

## **O INCIDENTE NA SEMI-FINAL DA SUPERLIGA DE VOLEIBOL E A HOMOFOBIA NO ESPORTE**

### **Gustavo Lopes Pires de Souza**

Mestre em Direito Desportivo pela Universidade de Lérida (Espanha); MBA em Consultoria e Gestão Empresarial; Especialista em gestão em Marketing Digital; Ouvidor certificado pela Escola Nacional da Administração Pública; Autor de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior; Professor em instituições de ensino nacionais e internacionais; Palestrante de eventos no Brasil, América Latina e Europa.

### **Resumo:**

Nas semifinais da Superliga de voleibol masculino ganhou notoriedade atos homofóbicos perpetrados pelos torcedores do “Cruzeiro” contra o atleta Michael do “Vôlei Futuro”. Com base neste caso concreto, debate-se a homofobia no esporte com enfoque na legislação desportiva brasileira.

### **Palavras-Chave:**

Homofobia no esporte. Implicações jurídicas.

### **Abstract:**

In the semifinals of men's volleyball Superleague gained notoriety homophobic acts perpetrated by supporters of the “Cruzeiro” against the athlete Michael do “Volei Futuro”. Based on this case, debate is homophobia in the sport with a focus on sports law in Brazil.

### **Keywords:**

Homophobia in sports. Legal implications.

### **Resumen:**

En las semifinales de la Superliga masculina de voleibol ganó notoriedad actos homófobos cometidos por los fans (hinchas) del “Cruzeiro” contra el atleta del “Volei Futuro”. Con base en este caso, el artículo debate la homofobia en el deporte con un enfoque en derecho del deporte en Brasil.

### **Palabras**

La homofobia en el deporte. Implicaciones legales.

### **clave:**

A cada dia as relações homoafetivas e a orientação sexual tornam-se socialmente mais toleradas e, por consequência, mais públicas. Se por um lado a sociedade tem aprendido a respeitar os homossexuais, por outro, crescem manifestações homofóbicas.

Etimologicamente, homofobia é termo utilizado para a aversão ou a discriminação contra homossexuais e, conseqüentemente, contra a homossexualidade que inclui formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação contra homossexuais.

A Constituição Brasileira de 1988 e seu art. 3º, IV proíbe qualquer forma de discriminação e há, no Congresso Nacional projeto de lei (PLC 122/2006) que propõe a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade do gênero equiparando-os aos demais preconceitos previstos na lei 7.716/89.

Alguns Estados da Federação, como Minas Gerais e São Paulo possuem leis estaduais que estabelece multas e outras penas para a discriminação contra homossexuais, bissexuais e transgêneros.

No esporte, a semi-final entre Sada Cruzeiro e Vôlei Futuro ganhou os noticiários em razão das manifestações homofóbicas da torcida mineira contra o atleta Michael, da equipe paulista. Em razão deste incidente, o Sada Cruzeiro foi condenado pelo STJD a pagar multa de R\$ 50.000,00.

A disciplina nas competições esportivas é regulada pelo CBJD, Código Brasileiro de Justiça Desportiva que, em seu artigo 243-G prevê como punição por atos de discriminação relacionado ao preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, suspensão, perda de pontos e multa. Assim, de fato, atitudes homofóbicas devem ser desportivamente punidas.

Entretanto, em regra, as referidas penas serão aplicadas na hipótese dos atos discriminatórios serem cometidos pelas pessoas naturais submetidas ao CBJD, ou seja, atletas, dirigentes, comissão técnica, dentre outros, ou seja, quem tenha emprego, cargo diretamente relacionados a alguma modalidade esportiva (art. 1º, CBJD). Portanto, os torcedores não estão submetidos ao CBJD.

Por essa razão, o STJD aplicou, corretamente, o caso excepcional previsto no §2º do art. 243-G, que estabelece a pena de multa à entidade desportiva cuja torcida praticar atos discriminatórios.

Conforme exposto, as demais penas somente seriam aplicáveis se o ato discriminatório fosse realizado pelas pessoas naturais submetidas ao CBJD e desde que praticada simultaneamente por considerável número de pessoas, nos moldes do §1º, do art. 243-G, do CBJD.

De todo o exposto, a grande questão é a necessidade de haver maior tolerância com a orientação sexual, eis que trata-se de um fato que por mais que alguns cidadãos possam não concordar, devem respeitar. Não há fundamento algum,

nem religioso, nem social, nem ideológico que justifique atos de discriminação e menoscabo a pessoas que, apesar de terem opções e orientações diferentes da maioria, são cidadãos e sujeitos de direitos e deveres.

Portanto, seja no esporte, seja na vida real, é imprescindível que atos homofóbicos sejam severamente punidos a fim de que possamos viver em um mundo de respeito e harmonia, onde os cidadãos possam viver, apesar das diferenças.